

A SEMÂNTICA OPERATÓRIA DE ANTOINE CULIOLI E UMA REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DE GRAMÁTICA

*THE OPERATIONAL SEMANTICS OF ANTOINE CULIOLI AND A REFLECTION ON THE
TEACHING OF GRAMMAR*

Isael da Silva Sousa¹

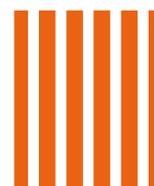
RESUMO: Este artigo objetiva esboçar uma reflexão sobre o ensino de gramática no âmbito da semântica operatória de Antoine Culioli. A gramática trabalhada na escola ainda não se encontra colocada a serviço do texto, ou seja, não é devidamente explorada em função da construção de significação do texto, dos enunciados. Tendo em vista este aspecto, partimos das concepções de linguagem e de enunciação para a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE) para discutirmos um ensino de gramática voltado para a significação do texto, dos enunciados. Afinal, é a significação que está em jogo quando lemos ou produzimos um texto. E a gramática e o léxico constituem o suporte para que a significação se configure, seja construída e reconstruída.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Gramática; Enunciação; TOPE; Atividade de linguagem.

ABSTRACT: This article aims to outline a reflection on the teaching of grammar in the scope of operational semantics of Antoine Culioli. The grammar worked in school is not yet placed at the service of the text, that is, it is not properly explored due to the construction of meaning of the text, of the utterances. In view of this aspect, we start from the conceptions of language and enunciation to the Theory of Predicative and Enunciative Operations (TOPE) to discuss a teaching of grammar focused on the meaning of the text, the utterances. After all, it is the meaning that is at stake when we read or produce a text. And grammar and lexicon are the support for meaning to be configured, built and rebuilt.

KEYWORDS: Teaching Grammar; Enunciation; TOPE; Language activity.

¹ Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL-UNEMAT). Mestre em Letras, com área de concentração em Linguística, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (PPGEL-UFPI). E-mail: isaelsousah@gmail.com



1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

[...] a maioria das sistematizações oferecidas pelos estudos linguísticos convencionais descrevem sempre valores prototípicos, aqueles que realçam como os picos e as montanhas de um relevo.

(REZENDE, 2002, p. 112)

Antecipadamente, ressalte-se que compreendemos a sala de aula como um espaço para reflexões e, dessa forma, assumimos que ensinar consiste em um processo que implica levar o aluno a refletir e a se posicionar. E por falar em reflexão, pondere: o que é gramática? Que gramática ensinar na escola? Como conduzir a reflexão no âmbito da integração texto-gramática e leitura? Advogamos que a estruturação do ensino de língua materna depende da maneira como o professor concebe a linguagem, já que a linguagem é tão importante quanto a postura que se tem em relação à educação.

À vista disso e das questões supracitadas, temos como objetivo aqui esboçar uma reflexão sobre o ensino de gramática no âmbito da articulação gramática, léxico e texto, em outros termos, neste artigo esboçamos um caminho (que evidentemente não é o único) tomando como ponto de partida a concepção de linguagem e a concepção de enunciação da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (doravante TOPE) do linguista francês Antoine Culioli (1990, 1999a, 1999b, 2018) e os seus seguidores.

A TOPE consiste em um programa de trabalho teórico e metodológico. As análises realizadas por esse ponto de vista tomam como objeto o enunciado em sua materialidade formal: um arranjo de marcas a partir do qual se organiza um certo efeito significante (DE VOGUÉ, 2011). O trabalho do linguista culioliano é, então, se apropriar dos espaços enunciativos e, sustentado pelos pressupostos teóricos, estudar os ajustamentos, a equilibração na intimidade de suas representações (REZENDE, 2018). É importante salientar que, levando em conta o nosso objetivo proposto, não fazemos análises de enunciados neste artigo.

O que nos motiva a promover essa reflexão é que muitos professores de língua materna, absorvidos por uma perspectiva lógico-gramatical de ensino, são levados a acreditar que o ensino de língua portuguesa, especificamente de gramática, na escola deve ser norteador por atividades de reconhecimento e classificação das classes das palavras e das funções sintáticas. Acredita-se que o ensino pautado em definições auxilia os alunos a reconhecer as classes gramaticais e termos da

oração, bem como desenvolver a capacidade de síntese e de análise do processo linguístico (NEVES, 2001).

Aspiramos que o caminho que esboçamos aqui fragmente as crenças supracitadas e inspire um processo de ensino e aprendizagem de gramática que tome a linguagem como uma atividade de construção e reconstrução de enunciados, uma vez que a significação,

[...] não é considerada como um dado; é isso sim, considerada como o resultado, a finalidade visada pela atividade da linguagem. A significação resulta da linguagem enquanto atividade, isto é, resulta de uma construção, de uma série de operações de natureza diferente cujo encadeamento conflui na formação do enunciado. (VALENTIM, 1998, p. 34)

Destarte, organizamos estruturalmente este artigo em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção discorremos sobre as concepções de linguagem e gramática lógico-tradicional, bem como apresentamos a concepção de uma gramática enunciativa; na segunda seção, fazemos uma concisa apresentação da concepção de linguagem, língua e enunciação assumidas pela semântica-operatória de Culioli; e, por fim, na terceira seção explicitamos o caminho de ensino de gramática no âmbito da articulação gramática, léxico e texto.

2. DA GRAMÁTICA LÓGICO-TRADICIONAL PARA A CONCEPÇÃO DE GRAMÁTICA ENUNCIATIVA

Retomando às questões apresentadas na introdução deste artigo, podemos dizer que a compreensão do que seja gramática está diretamente relacionada com a concepção de linguagem que se assume. Na esteira dos estudos linguísticos tem-se convencionado três concepções de linguagem, a saber: 1) a linguagem como a expressão do pensamento; 2) a linguagem como um instrumento de comunicação; e 3) a linguagem como forma ou processo de interação social (TRAVAGLIA, 2002).

A primeira concepção, a linguagem como a expressão do pensamento, postula que a expressão se estabelece no interior da mente e sua exteriorização é apenas uma tradução. Para essa concepção, o modo como o texto está constituído não depende em nada de “para quem se fala”, “em que situação se fala” e “para que se fala”. É nessa concepção de linguagem que está sustentada

a compreensão da gramática como um conjunto sistemático de normas para “bem falar” e “escrever”. Saber gramática nessa perspectiva é conhecer, ter domínio nocional e operacional das normas prescritas (FRANCHI, 2001, p. 16).

A segunda concepção toma a linguagem como meio objetivo para a comunicação. Como consequência, a língua é apreendida como um conjunto de signos que se combinam segundo regras específicas. Com o uso da língua as informações são transmitidas de um “emissor” para um “receptor”, mas é necessário que o código seja usado de maneira semelhante, estabelecido previamente e convencionado para que a comunicação se efetive. Essa concepção de linguagem fundamenta a compreensão da gramática como um sistema de noções mediante as quais se descreve os fatos de uma língua. Nessa perspectiva, saber gramática consiste em distinguir categorias e funções, distinguir relações estruturais e descrever e avaliar a gramaticalidade das expressões de uma língua (FRANCHI, 2001, p. 22).

A terceira concepção, a linguagem como forma ou processo de interação social, propõe que quando o indivíduo usa a língua não é para apenas traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outro, entretanto, realiza ações e atua sobre o interlocutor. Para essa concepção a linguagem é um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores (TRAVAGLIA, 2002).

A terceira compreensão de linguagem embasa a concepção enunciativo-discursiva de linguagem assumida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como por outros documentos que regulamentam a educação no Brasil como, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Para ambos os documentos a linguagem é “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 1998, p. 20).

Observe que a concepção e/ou teoria que temos acerca do que seja a linguagem, a língua e a gramática constituem o ponto de partida para todas as apreciações que fazemos, em nossa prática pedagógica. Portanto,

Em se falando do ensino, os pontos de vista sobre os fenômenos linguísticos são decisivos: o que se faz em sala de aula; o que se deixa de fazer; o que se escolhe, o que se rejeita; o que se prioriza; o que se adia; tudo tem seu começo naquilo que acreditamos que seja linguagem, língua, gramática, texto e, ainda, os complexos processos de aprender e de ensinar. Toda proposta pedagógica da escola, toda metodologia adotada, cada

postura do professor tem seu fundamento maior nos pontos de vista, nas concepções defendidas. (ANTUNES, 2014, p. 16)

Tomando como referência as palavras de Antunes (2014), reiteramos que a maneira como ensinamos gramática na escola é pautada nas concepções que em nós sustentamos. Na próxima seção, explicitaremos que a linguagem para Culioli é indeterminada, é, por assim dizer, uma prática de construção de significação. Essa compreensão de linguagem nos leva a apreender a gramática como o mecanismo ou o conjunto de mecanismos que tem por objetivo explorar o processo de construção de significação. Então, munidos dessa concepção de gramática enunciativa é que faremos, na terceira seção deste artigo, o nosso esboço de caminho de ensino.

3. LINGUAGEM, LÍNGUA E ENUNCIÇÃO EM UMA PERSPECTIVA SEMÂNTICA-OPERATÓRIA

Antoine Culioli é decididamente uma dessas vozes que discordam da maioria, e, diga-se de passagem, voz das mais eloquentes. Para esse linguista, a significação encontra-se no coração da língua.

(ROMERO, 2000, p. 41)

Culioli, como uma voz discordante que é, redefiniu o objeto de estudo da Linguística, que passa da língua, na visão de Saussure, para “a atividade de linguagem apreendida através das línguas naturais (e através da diversidade de textos, orais e escritos)” (CULIOLI, 1990, p. 14). Com esse redirecionamento, Culioli também reorienta os conceitos de língua e linguagem.

A linguagem é, então, compreendida como uma atividade de representação de significação que é acessível somente por meio de sequências textuais, que são traços de operações. Quando afirmamos que a linguagem é uma atividade de representação, queremos dizer que ela é o mecanismo de localização responsável por organizar um espaço, distanciando e aproximando pontos ou lugares, uma vez que ela é um sistema de mediação entre os outros, nós e o real ou a realidade objetiva. O real é aquilo que nos escapa e do qual não conseguimos escapar. O que nos separa do real é a própria linguagem, pois o próprio da representação é não ser jamais aquilo que

ela representa². Ela é por natureza indeterminada. O que conduz a uma plasticidade ao trabalho de construção de representação feito pelos sujeitos. Os sujeitos também são indeterminados. “É na e pela linguagem que o homem defini a si mesmo e, conseqüentemente, defini o outro” (REZENDE, 2018, p. 184). Dessa forma:

As conseqüências da linguagem ser indeterminada são que, quando falamos e escrevemos, ou quando escutamos ou lemos, nos determinamos (nos definimos) e definimos o outro; o processo de equilíbrio é de natureza psicossociológica, e estamos sempre nos regulando, fazendo modulações e ajustamentos; a variação é radical (intersujeito, intrassujeito e, conseqüentemente, intralingua e interlingua). (REZENDE, 2018, p. 186)

Podemos salientar que a linguagem não é um reflexo de um sentido que preexiste. É a própria linguagem que constrói significação. A estabilidade é, por sua vez, uma conquista e “a compreensão é um caso particular do mal-entendido” (CULIOLI, 1990, p. 39).

Advogamos que estamos a todo momento fazendo ajustamentos e regulações e é, justamente, nesse processo de equilíbrio que o diálogo emerge. O diálogo é a função reguladora de caráter intrassubjetivo e intersubjetivo, é a “atividade metalinguística não consciente do sujeito” (CULIOLI, 1990, p. 26).

O diálogo contém o mecanismo de regulação entre representações mais individuais como, por exemplo, a noção /felicidade/ e as representações mais socializadas como, por exemplo, a noção/casa/, uma vez que ele, o diálogo, consiste no ato mais singular da interação verbal (REZENDE, 2000), ou seja, o diálogo coloca em jogo um conjunto de relações de alteridade entre representações linguísticas e não linguísticas.

Deste modo, é na atividade de regulação que o diálogo acontece, sendo ele, como já explicitamos, um todo que compreende um caráter duplo:

O diálogo interior ou intrassubjetivo, que é anterior à situação de exteriorização do produto da atividade cognitiva e contemporâneo a ela, quer dizer, é o mesmo que traz consigo o outro o mesmo; o diálogo exterior ou intersubjetivo, que é contemporâneo à situação de exteriorização do produto da atividade cognitiva e projetivo em relação a ela, é o outro que traz consigo o mesmo e o outro outro. (PRIA, 2013, p. 54)

² Notas tomadas no curso “Atividade de linguagem, diversidade e singularidade das línguas em Antoine Culioli”, ministrando pelo Prof. Dr. Jean-Jacques Franckel, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Saúde na Infância e Adolescência da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), no 2º semestre do ano letivo de 2020.

Logo, o diálogo emerge quando o enunciador filtra uma percepção (empírica) e a transforma em uma ocorrência linguística. O filtro do sujeito enunciador passa pelo filtro do seu coenunciador e o enunciador é também coenunciador de si mesmo. O direcionamento em relação ao outro é sempre um conflito que acontece através da ocorrência de uma noção, dado que: “o diálogo é o movimento de um ponto de estabilidade P01 dado pelo mesmo e pelo outro-mesmo, a outro ponto de estabilidade P1 enunciado, dado pela adequação ao mesmo e ao outro-o mesmo ou pela emergência do outro outro” (PRIA, 2013, p. 54).

Por conseguinte, a estabilidade de quem enuncia é a instabilidade de quem coenuncia e, é por meio do diálogo que, na atividade de regulação, haverá o desencadeamento de uma estabilização temporária. A atividade de regulação se concentra na construção de ajustamentos entre os sujeitos da enunciação, nos planos de representação e de referenciação. Assim,

A regulação representa um papel central na atividade de linguagem: (1) o sistema de autorregulação através da reflexão inconsciente (tanto quanto da consciente) em sua própria atividade de linguagem, portanto um processo de deformação e transformação sem fim; (2) a regulação intersubjetiva consiste no ajuste de quadros de referência e representações, validando uma relação com um estado de coisas ou uma classe de estado de coisas [...]. (CULIOLI, 1990, p. 181)³

Em suma, de um lado, é a possibilidade do diálogo interno, intrassubjetivo, que propicia a densidade para um desdobramento e um diálogo externo, intersubjetivo, entre o eu e o outro; por outro lado, o diálogo externo, intersubjetivo, é o responsável pelo refinamento do diálogo interno, intrassubjetivo (REZENDE, 2002).

Providos dessas considerações, podemos frisar que a linguagem é, pois, um colocar em funcionamento operações de orientação que determinam valores referenciais, valores esses que não são dados, que não existem por si só, mas são resultados de um movimento, uma trajetória. Em suma, a linguagem é uma atividade de representação, referenciação e regulação dos sujeitos.

Uma língua, por sua vez, é a manifestação singular da atividade de linguagem. Em outras palavras, cada língua é uma realização da atividade de linguagem por um sistema que lhe próprio. No entanto, a língua, nessa perspectiva, não pode ser entendida como um sistema inteiramente

³ No original: Regulation plays a central role in language activity: (1) the system is self-regulated through the subjects' unconscious (as well as conscious) reflexion on their own language activity, hence a never-ending transforming and deforming process; (2) intersubjective regulation consists in adjusting frames of reference and representations, in validating an utterance with respect to a state of affairs or a class of states of affairs [...]. (CULIOLI, 1990, p. 181)

distinto dos seus enunciadores, visto que o sistema linguístico não é um “espaço homogêneo”, mas um espaço que é, ele mesmo, recortado pela oposição entre estável e instável é, na verdade, um “lugar de ajustamentos e desvios” (FUCHS, 1984, p. 78). Nesse prisma, as línguas naturais, no plural como pontua Culioli (1990), são sistemas simbólicos de representação de significado que possuem variações no tempo, no espaço, de uma cultura para outra, entre falantes e intrafalantes. Conseqüentemente, a capacidade de produzir e reconhecer enunciados em uma situação de interação verbal é medida pela atitude reflexiva de um sujeito de recuperar a imagem do outro dentro de si, bem como sua própria imagem dentro do outro (REZENDE, 2000).

Posto isso, a TOPE é uma teoria da enunciação, uma vez que toma como objeto de análise o enunciado. Mas, não podemos aqui confundir o enunciado com o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2005 [1974], p. 82). Na realidade, assumimos o enunciado como uma organização (agenciamento) de formas linguísticas e a marca de um encadeamento de operações de linguagem. Assim, as formas que materializam o enunciado remetem a operações de constituição do seu valor referencial. Portanto, “estudar a enunciação em uma perspectiva culioliana é investigar os modos de constituição desse valor” (FRANCKEL; PAILLARD, 2011, p. 88). Logo,

Culioli atribui ao enunciado um duplo estatuto – teórico e material. É uma unidade empírica de observação porquanto constituída de materialidade e, por isso, o dado diretamente observável ao linguista; é uma entidade teórica porquanto é definido como agenciamento de marcadores de operações de atividade de linguagem. Dessa perspectiva, em sua atividade de análise, o linguista parte de dados imediatos e caminha em direção à formulação de dados teorizados (famílias parafrásticas) que fornecem subsídios para retornar ao empírico. (PRIA, 2013, p. 42)

Observe que o duplo estatuto (teórico e material) que fazem do enunciado o objeto de análise do linguista culioliano não pertence ao extralinguístico. Por conseguinte, o sujeito enunciator não é uma instância pré-construída. Possui uma ambigüidade constitutiva e, assim como a linguagem, é indeterminado de princípio. O sujeito é traçado na atividade de linguagem por meio das unidades linguísticas, uma vez que “a atividade de linguagem pela qual nos interessamos é, assim, inteiramente definida pelo que as formas, seus arranjos e as restrições manifestadas por esses arranjos delineiam” (DE VOGUÉ; FRANCKEL; PAILLARD, 2011, p. 11). Esse sujeito, tal como aqui delineamos, está inscrito no âmago da TOPE e é reintroduzido na análise linguística por meio da asserção, que é a marca do homem na língua (REZENDE, 2000).

Tendo em mente essas concepções, passemos para o nosso esboço de caminho de ensino de gramática na seção a seguir.

4. EXPLORANDO A GRAMÁTICA NA CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICAÇÃO DOS ENUNCIADOS

Considerando que o enunciado é o resultado de uma construção de significação, o ensino de gramática deve estar ancorado na significação dos enunciados, dos textos.

(LIMA, 2010, p. 239)

Em uma perspectiva construtivista como a TOPE, nos interessamos pelas operações de linguagem que sustentam as trajetórias de construção de significação dos enunciados. É a atividade interna não consciente ou atividade epilinguística dos sujeitos enunciadorees que nos vale nesta reflexão. Dessa maneira,

Podemos dizer que a atividade epilinguística é sinônimo de linguagem e definir essa última como uma atividade, um trabalho de representação, referenciação e equilíbrio. Defender que o estudo das línguas deva ser feito em articulação com a linguagem é dar ênfase a um trabalho interno de montagem e desmontagem de arranjos, significados ou valores. (REZENDE, 2008, p. 97)

Com fundamento nas palavras de Rezende podemos afirmar que os enunciados dispõem de vestígios da atividade epilinguística e “o metalinguístico corresponde a uma tentativa de formalizar o que é, por natureza, não formulável, inacessível” (ROMERO, 2011, p. 155).

Para esboçar nossa reflexão vamos propor um caminho de ensino de gramática, partindo de duas tirinhas retidas da internet, direcionada para alunos do 7º ano do Ensino Fundamental. A escolha por essa fase de ensino se deu em razão da BNCC defender que no Ensino Fundamental é o momento em que os alunos devem devolver, entre outras competências, a habilidade de reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos e valores.

Vejamos, na sequência, a primeira tirinha.



Fonte:

<https://m.facebook.com/tirasarmandinho/photos/a.488361671209144/3612442122134401/?type=3&source=48>. Acesso em: 20 nov. 2022.

Nesta primeira tirinha de Alexandre Beck, ilustrador e cartunista brasileiro, tem-se, como é possível observar, um diálogo entre Armandinho e seus amigos sobre os ipês amarelos. Atividades de cunho lógico-gramatical possivelmente focariam em questões como, por exemplo, 1) Qual o sujeito do verbo gostar no primeiro quadrinho? 2) Qual a classe gramatical da palavra boba no segundo quadrinho? Perceba que questões desse tipo não consideram as experiências e as contribuições dos alunos com a atividade de linguagem.

Levando em conta que a enunciação é atravessada por operações de representação, referenciação e regulação, podemos abrir espaço aqui para falar de variação, que “diz respeito aos modos de perceber e representar o mundo por sistemas transindividuais não homogêneos” (PRIA; CUMPRI; KARIM, 2019, p. 12). Tomar a variação dessa forma nas práticas e atividades de ensino de gramática na escola é conduzir o aluno a reavaliar a sua relação com a língua de inimizade para a ser de propriedade (SILVA, 2007). Assim, partindo do diálogo na tirinha, os aspectos a serem observados em uma atividade são, em primeiro lugar, a exploração de valores referenciais, que são instáveis, atrelados a um jogo intersubjetivo de ajustamento e de regulação. Isso implica conduzir o aluno a refletir sobre: o que é dito, quem diz e para quem diz. O professor pode levar os alunos a examinarem os valores referenciais da marca EU, a pessoa e não pessoa, bem como avaliarem a indeterminação da marca QUEM (*quem não liga* recebe a propriedade de ser bobo).

Além disso, pode-se explorar as marcas que indicam a admiração, o prazer que o SE (a menina) sente em ver os Ipês floridos, assim como a diferença entre:

01. Talvez eu seja boba por ligar para isso.

02. Eu sou boba por ligar para isso.

Por meio das paráfrases, demonstradas em 01 e 02, o professor pode levar o aluno a pensar em termos de certeza/não certeza, do ser real/do não ser real, chegando à identificação das marcas que suscitam esses 2 valores referenciais. Já do ponto de vista morfosintático, o professor pode explorar com os alunos a diferença entre:

03. Gosto de ver os Ipês floridos.

04. Gosto de ver o Ipê florido.

Destarte, pode-se conduzir o aluno a pensar na relação plural/singular para o valor referencial do texto. Observe que por meio das atividades epilinguísticas, propomos, na realidade um trabalho com ensino articulado com a linguagem. Isso possibilita trabalhar com o aluno real que toma a língua com sua propriedade, que se coloca como o sujeito que constrói significação, uma fonte geradora de enunciados que relaciona o psicológico com o sociológico.

Passemos para a próxima tirinha:

Figura 02: Mafalda



Fonte: <https://wordsofleisure.com/2012/03/27/tirinha-do-dia-mafalda-e-as-pessoas-que-nao-nasceram/>.
Acesso em: 20 nov. 2022

Seguiremos o mesmo raciocínio que conduzimos a proposta de ensino a partir da primeira tirinha. Portanto, o primeiro aspecto a ser explorando pelo professor com os alunos a partir desta segunda tirinha, de Joaquín Salvador Lavado Tejón, são os valores referenciais, ou seja, o que é dito, quem diz e para quem diz. O professor pode também explorar a modalidade assertiva em:

05. Pai, onde vivem as pessoas que não nasceram?

Desse modo, pode-se levar o aluno a compreender que interrogação em 05, marca que o SE (Mafalda) se exime de assumir um valor sobre a relação dada e que é conferido ao coenunciador (o pai de Mafalda) a responsabilidade de assumir um valor (São pessoas que não existem, Mafalda, então, elas não vivem em lugar nenhum).

Ainda no campo da modalidade pode-se explorar a diferença entre:

06. Pai, onde vivem as pessoas que não nasceram?

07. Pai, onde vivem as pessoas que nasceram?

O aluno pode ser levado a avaliar as consequências da presença e ausência da marca de negação NÃO em 06 e 07, respectivamente. Isso o leva a refletir que o valor da unidade linguística se transforma quando colocada em relação com outras unidades. Como consequência, os alunos compreenderão que o valor gramatical atribuído a uma unidade linguística não é estável e não se encaixa em uma classificação, é, na realidade, o resultado da articulação entre invariância e variação, o universal e o particular. Os alunos também podem ser levados a avaliar as condições em que um enunciado como o da tirinha apresentada seria enunciável.

Fundamentados nesse esboço, note que a atividade de linguagem, tal como a compreendemos neste artigo, remete a uma atividade de produção e reconhecimento de formas que não podem ser estudadas desvinculadas dos textos nem os textos podem estar desvinculados das línguas. Aqui começa a integração gramática e texto: a gramática se coloca a serviço do texto e não o texto a serviço da gramática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um ensino de língua materna que trabalhe na passagem de processos pré-conscientes a conscientes já traria em si um projeto educacional, no qual a construção do sujeito encontraria um espaço natural.

(REZENDE, 2006, p. 18)

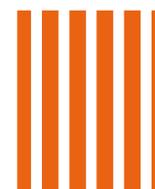
Defendemos desde o início deste artigo um ensino de gramática no âmbito da articulação gramática, léxico e texto. Isso implica, com explicita a epígrafe que abre este expediente, considerar o papel do sujeito enunciador no processo de construção de significação dos enunciados. Esse posicionamento é sustentado, como visto, pelos pressupostos do programa de trabalho de Antoine Culioli, a TOPE. Para explicitar nossa reflexão fizemos um esboço de uma proposta de ensino de gramática a partir de duas tirinhas.

Tendo em vista o esboço que traçamos, advogamos que o ensino de gramática deve levar em conta uma abordagem construtivista, que tome a atividade de linguagem de forma dinâmica, trabalhando a relação gramática e léxico no processo de significação dos enunciados. Que contemple a semanticidade das unidades, dos valores que são construídos quando os termos estão sendo organizados na predicação, estabilizando-se momentaneamente, e dos valores referenciais tendo em mente a sua relação com os outros elementos.

Para concluir, esperamos ter contribuído para a compreensão do ensino de gramática em uma perspectiva semântica-operatória.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006. [1974].
- ANTUNES, I. **Gramática contextualizada: limpando ‘o pó das ideias simples’**. São Paulo: Parábola, 2014.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC; CONSED; UNDIME, 2018.
- CULIOLI, A. **Notes du séminaire de D.E.A .- 1983-1984**. Paris: Poitiers, 1985.
- CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations**. Paris: Ophrys, 1990. v. 1.
- CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation: domaine notionnel**. Paris: Ophrys, 1999b. v. 3.
- CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage**. Paris: Ophrys, 1999a. v. 2.
- CULIOLI, A. **Escritos**. Buenos Aires: Santiago Arcos editor, 2010.



FUCHS, C. O sujeito na teoria de A. Culioli: algumas referências. Trad. Letícia Rezende. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 7, p 77-85, 1984.

FRANCHI, C. **Mas o que é mesmo gramática?** São Paulo: Parábola, 2006.

FRANCKEL, J. J. Referência, referenciação e valores referencias. *In*: VOGUÉ, S. de; FRANCKEL, J. J.; PAILLARD, D. **Linguagem e enunciação**: representação, referenciação e regulação. Org. e Trad. Márcia Romero e Milenne Biasotto-Holmo. São Paulo: Contexto, 2011. p. 31-55.

FRANCKEL, J. J.; PAILLARD, D. Aspectos da teoria de Antoine Culioli. *In*: VOGUÉ, S. de; FRANCKEL, J. J.; PAILLARD, D. **Linguagem e enunciação**: representação, referenciação e regulação. Org. e Trad. Márcia Romero e Milenne Biasotto-Holmo. São Paulo: Contexto, 2011. p. 87-101.

LIMA, M. A, F. O ensino de gramática em uma perspectiva enunciativa. *In*: LIMA, M. A. F.; ALVES FILHO, F.; COSTA, C. de S. S. M. da. (Orgs.). **Reflexões linguísticas e literárias aplicadas ao ensino**. Teresina: EDUFPI, 2010. p. 231-253.

NEVES, M. H. de M. **Gramática na escola**. São Paulo: Contexto, 2001.

PRIA, A. D. O diálogo, a significação e a enunciação na articulação da linguagem com as línguas naturais. *In*: PRIA, A. D. *et al.* (Orgs.). **Linguagem, escrita e tecnologia**. Campinas: Pontes, 2013. p. 37-50.

PRIA, A. D.; CUMPRI, M. L.; KARIM, T. M. A identificação das formas linguísticas sob o ponto de vista das operações predicativas e enunciativas. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 01-12, 2019.

REZENDE, L. M. **Léxico e gramática**: aproximação de problemas linguísticos com educacionais. 2000. 330 f. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2000.

REZENDE, L. M. Operações da linguagem e algumas construções nominais. **Alfa**, São Paulo, v. 46, n. 46, p. 111-127, 2002.

REZENDE, L. M. Diversidade experiencial e linguística e o trabalho do professor de língua portuguesa em sala de aula. *In*: REZENDE, L. M. (Org.). **Linguagem e línguas naturais**: diversidades experiencial e linguística. São Carlos: Pedro e João Editores, 2006. p. 11-21.

REZENDE, L. M. Atividade epilinguística e o ensino de língua portuguesa. **Revista do GEL**, São José do Rio Preto, v. 47, n. 2, p. 95-108, 2008.

REZENDE, L. M. A indeterminação da linguagem e a análise gramatical. *In*: DIAS, L. F. (Org.). **Língua e enunciação**: roteiro e estações. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2018. p. 184-200.



ROMERO, M. **Epilinguismo**: considerações acerca de sua conceitualização em Antoine Culioli e Carlos Franchi. **ReVEL: Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 9, n. 16, p. 52-163, 2011.

ROMERO, M. **Processos enunciativos de variação semântica e identidade lexical**: a polissemia redimensionada - estudo dos verbos jouer e changer. 2000. 333 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em Francês. Universidade de São Paulo, 2000.

SILVA, A. C. S. **A marca “porque” nos textos escolares**: uma proposta para atividades epilinguísticas. 2007. 182 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2007.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2002.

VALENTIM, H. T. **Predicação de existência e operações enunciativas**. Lisboa: Colibri, 1998.

VOGUÉ, S. de; FRANCKEL, J. J.; PAILLARD, D. **Linguagem e enunciação**: representação, referência e regulação. Org. e Trad. Márcia Romero e Milenne Biasotto-Holmo. São Paulo: Contexto, 2011.